

As crises do capitalismo e as ameaças à democracia e à paz*

1. - Ao longo da década de 1920, a euforia dos negócios foi um fenómeno contagiante, alimentado pelo aumento acentuado das cotações dos títulos negociados na bolsa. Os rendimentos das aplicações financeiras ultrapassaram em muitos casos o rendimento dos investimentos produtivos; as atividades puramente especulativas cresceram exponencialmente, atraindo mesmo uma boa parte do crédito concedido pelas instituições financeiras.

As atividades especulativas favoreceram a concentração económica e as práticas oligopolistas, e estas encorajaram e alimentaram aquelas. Os negócios prosperaram enquanto foi possível manter o crescimento do consumo das famílias a uma taxa idêntica à do aumento da produção, o que aconteceu até finais de 1926. Mas em 1929 a capacidade de produção instalada na economia americana ultrapassava em 20% a capacidade de escoamento das mercadorias produzidas. Ficava a descoberto a *instabilidade estrutural da economia capitalista*.

Com o *crash* na bolsa de Nova York (na célebre *quinta-feira negra*, 29.X.1929), teve início a *Grande Depressão*, a mais séria crise do capitalismo no século XX, que depois se propagaria a todo o mundo capitalista. Os preços baixam (deflação), as falências sucedem-se, a produção diminui enormemente, o desemprego alastra.

Esta crise – a primeira crise do capitalismo num período marcado pelo domínio do capital financeiro-especulativo sobre o capital produtivo – veio confirmar que a dinâmica das economias capitalistas não é assegurada pelo objetivo da satisfação das necessidades. A lógica do processo de acumulação do capital é a maximização do lucro. Quando este objetivo não é alcançado, interrompe-se a acumulação, baixa a produção, destrói-se o (sobre)capital existente, deixam de se

* Este texto, publicado num Livro de Homenagem ao Ministro Carlos Ayres de Brito, é, fundamentalmente, uma síntese de ideias que expus, num contexto mais amplo, em dois livros recentes: *As Voltas Que o Mundo Dá – Reflexões a Propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social* (RJ, Lumen Juris Editora, 2011) e *A Crise Atual do Capitalismo: Capitalismo - Neoliberalismo - Globalização* (SP, Editora Revista dos Tribunais, 2012). Quem ler este texto e gostou do que leu poderá encontrar uma abordagem mais ampla e mais desenvolvida nestes meus dois livros.

utilizar os recursos disponíveis, com sacrifício do consumo e da satisfação das necessidades de milhões de pessoas.

Há quem defenda que a *Grande Depressão* é a continuação de uma crise não resolvida, anterior a 1914, crise que foi ‘contornada’ graças à eclosão da 1ª Guerra Mundial, ela própria a expressão política dessa crise, que levou as potências capitalistas a lutar entre si para conseguirem uma quota maior na exploração do mundo. Os EUA saíram da guerra com um aparelho produtivo muito reforçado, o que abriu um período de expansão, facilitado pela entrada no mercado, em grande escala, de novos bens (automóveis, telefones, rádios, frigoríficos), numa euforia que só terminou com o referido *crash* da bolsa de Nova York.

Na Europa, porém, as destruições da guerra viram os seus efeitos potenciados por processos inflacionistas de grandes proporções. A crise europeia não trouxe consigo a baixa dos preços e a *destruição do (sobre)capital* indispensável ao início de um novo período de prosperidade, com um grau de concentração e de centralização do capital ainda maior. As dificuldades na Europa afetaram negativamente o desenvolvimento do comércio internacional (fator agravado ainda com a adoção de medidas protecionistas).

Neste quadro, ficou patente que a prosperidade não poderia manter-se, isoladamente, nos EUA. As dificuldades ao nível da economia terão levado a desviar muitos fundos do investimento produtivo para a especulação bolsista, alimentada por uma enorme expansão do crédito. Muita da prosperidade assentava em lucros fictícios, resultantes de *capitais fictícios*, criados na bolsa, sem nenhuma relação com a atividade produtiva. Aos primeiros sinais de quebra de confiança no andamento da economia, muitos quiseram salvar o dinheiro que tinham apostado na bolsa e, ao tentarem vender a qualquer preço, originaram o grande *crash*: várias empresas e instituições financeiras sucumbiram à baixa das cotações bolsistas; muitos bancos entraram em colapso, porque os seus empréstimos tinham servido para financiar atividades especulativas e não investimentos produtivos; a corrida aos bancos fez o resto. “A Grande Depressão teve a sua ‘partida’ na América – conclui Paul Mattick – porque nos outros países a depressão do pós-guerra não tinha realmente acabado.”¹

¹ Cfr. Paul MATTICK, *Economics, Politics and the Age of Inflation*, N. York, M. E. Sharpe, 1978, 115-121.

À medida que o tempo passava, as pessoas encaravam a situação com se tivesse havido uma catástrofe natural: assim como tinha vindo, assim haveria de ir-se embora. Entretanto, por não poderem pagar a renda da casa e a conta do gás, muitas famílias foram despejadas, e milhões de pessoas passaram a viver em campos de tendas e barracas. As epidemias de desinteria e de pelagra alastraram, como a prostituição e o crime. O exército foi chamado a intervir para reprimir manifestações.

E a Administração Hoover nada fazia para combater a crise, agarrada à velha tese de que as *finanças sãs* (o equilíbrio das contas públicas) eram a primeira exigência da ‘confiança’ necessária para o regresso à prosperidade e de que a ‘intervenção’ do estado, ao substituir as leis económicas pelo arbítrio do Governo, equivaleria à destruição do capitalismo. Numa comunicação ao país, o Presidente Hoover dizia (1931) que a crise só poderia ser enfrentada com base na “manutenção do espírito de ajuda mútua através de donativos voluntários. Isto é de infinita importância para o futuro da América. Nenhuma ação do estado, nenhuma doutrina económica, nenhum projeto ou plano económico pode substituir a responsabilidade que Deus impôs a cada homem e a cada mulher para com os seus vizinhos”. E, pela mesma altura, o Presidente da *National Association of Manufacturers* imputa aos desempregados e aos pobres a responsabilidade pela sua própria miséria, porque “eles não praticam o hábito da poupança, antes perdem as suas poupanças nos jogos da bolsa. Com que razão culpam o nosso sistema económico, o governo ou a indústria?”²

2. – Em março de 1932, Franklin Roosevelt sucedeu a Herbert Hoover na Presidência dos EUA. Por esta altura, como escreveu Averell Harriman, “os bancos estavam fechados e gente de bem vendia maçãs na rua”.³ O “espectro do comunismo” andava no ar naquela altura. Truman confirmaria mais tarde esta ideia: “Em 1932 o sistema de livre empresa privada estava próximo do colapso. Havia verdadeiro perigo de que o povo norte-americano adoptasse um outro sistema”.⁴ E Roosevelt parece ter pressentido o *perigo da revolução*, a menos que os desejos de mudança fossem atendidos dentro dos limites da ordem estabelecida.

² Citações colhidas em P. MATTICK, *ob. cit.*, 126/127.

³ *Apud* J. ARNAULT, *A democracia à americana*, Lisboa, Editorial Caminho, 35.

⁴ Citado por Andrew GAMBLE e Paul WALTON, *El capitalismo en crisis – La inflación y el Estado*, Madrid, Siglo XXI Editores, 11978, 280.

Neste quadro, a Administração Roosevelt assumiu como objetivo essencial o de evitar o colapso da ordem capitalista, através de um conjunto de medidas de *política ativa* que ficaram conhecidas por *New Deal*. No início, mais do que um programa de estímulo à recuperação da economia e do emprego através do aumento da despesa pública, o *New Deal* foi um conjunto de *operações de salvamento* (envolvendo dezenas de milhares de milhões de dólares) de que beneficiaram maiormente a banca, os caminhos de ferro, alguns estados federados e governos locais, a par de proprietários de casas adquiridas a crédito e de empresas agrícolas endividadas.

Em regra, os estudiosos deste período da história dos EUA realçam que este *novo curso* da política americana procurou ir ao encontro das necessidades mais prementes dos trabalhadores, com o propósito de os furtar à tentação revolucionária e de conseguir o apoio popular para as ‘novas’ políticas. Mas o *New Deal* procurou também satisfazer os (grandes) empresários, regulando a atividade bancária e o mercado financeiro e fazendo deles parceiros privilegiados do estado no ‘governo da economia’.

Coerentemente, em Junho de 1933, o estado concede às associações profissionais o poder de elaborar e fazer aplicar coercivamente regulamentos que podem determinar as condições da produção, os limites e as formas de concorrência (em última instância, os preços) nos vários setores de atividade económica. Nesta medida, ao jeito das soluções corporativas na Europa, a economia americana passou a ser uma economia *organizada corporativamente*, com base nas *associações profissionais autónomas*, às quais era confiado o ‘governo’ do respetivo setor.

Ainda em 1933, foi criada a *National Recovery Administration*, entidade a que foram atribuídos, entre outros, poderes para obrigar a indústria a reorganizar-se (cartelização), para fixar os preços, para distribuir quotas de produção. A NRA foi uma *estrutura de planificação económica centralizada* de tipo moderno, significando a rejeição do capitalismo do velho estilo, que marcou os primeiros tempos da política rooseveltiana.

Alguns autores valorizam particularmente o por vezes designado “segundo *New Deal*”, a fase que se iniciou após a vitória esmagadora de Roosevelt nas eleições de 1936. Com efeito, só a partir de então o *New Deal* privilegiou as *políticas ativas* de promoção do emprego e de apoio aos trabalhadores, em resposta, aliás, às pressões sindicais, que se faziam sentir, de forma sistemática, desde o início da década. Neste

período foi instituído o subsídio de desemprego, a segurança social, o direito de livre organização sindical e o direito à contratação coletiva (os sindicatos penetraram em indústrias que até aí os tinham mantido afastados dos respetivos trabalhadores: aço, borracha, têxtil, automóvel).

A verdade, porém, é que, mesmo no âmbito desta nova orientação, permaneceu a preocupação com o *equilíbrio do orçamento*, o que se traduziu na redução da despesa pública em 1937 e 1938. Daqui resultou a travagem do processo de recuperação da economia que se vinha registando desde 1933: no final de 1937 a produção de aço tinha baixado de 80% da capacidade instalada para 19%; a produção agregada baixou mais em 1937 do que em 1930 e a taxa de desemprego aumentou de 14% (1937) para 19% (1938), lançando de novo milhões de trabalhadores no desemprego.

Só perante este novo quadro de recessão a Administração Roosevelt abandonou a tese clássica do *equilíbrio orçamental*, passando a adotar a proposta keynesiana de combater a crise compensando a quebra do investimento e do consumo privados com o aumento das despesas públicas financiadas mediante o recurso ao défice (*deficit financing*).

Em poucos anos, o clima de euforia, mesmo no plano teórico, deu lugar às *teses estagnacionistas* de Alvin Hansen (1941) e de Joseph Steindl (1952), mais condizentes com o espectro da *estagnação permanente* que marcou a década de trinta, até 1939.

Este ‘pessimismo teórico’ assumiu uma outra face: a dos autores que defendem que a depressão não foi ultrapassada graças a medidas de política económica que tenham sido adotadas com esse objetivo, mas como consequência do rearmamento e da economia de guerra que marcaram o mundo capitalista (com a Alemanha à frente) até ao final da 2ª Guerra Mundial e que se prolongou após o fim da Guerra com a corrida aos armamentos alimentada pela ‘guerra fria’ e por várias ‘guerras quentes’.

“A grande Depressão dos anos 30 – escreve J. K. Galbraith⁵ – nunca chegou ao fim. Desapareceu simplesmente com a grande mobilização dos anos 40”. No mesmo sentido vai a análise de Paul Baran e Paul Sweezy, em livro também publicado em 1966.⁶ Segundo estes últimos autores, o *New Deal* não conseguiu obter uma taxa de desemprego inferior a 15%, o que justifica que, “ao aproximar-se o fim do segundo

⁵ Cf. *American Capitalism*, Boston, Houghton Mifflin, 1966, 69.

⁶ Cf. *Capitalismo Monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, cap. 6, especialmente 164-179. Sobre esta questão, ver também GAMBLE/WALTON, *El Capitalismo...*, cit., 119ss.

mandato de Roosevelt, um sentimento profundo de frustração e inquietação se tenha apossado país”. O ponto de vista de Baran/Sweezy é o de que os interesses dominantes nos EUA não permitiam que as despesas públicas civis fossem além dos valores atingidos em 1938 e 1939 (14,5% e 14,4% do PIB, respetivamente) e, sem um grau maior de responsabilidade do estado, a crise não seria resolvida. A ‘salvação’ veio com o aumento das despesas militares decorrente da participação dos EUA na 2ª Guerra Mundial e com a corrida aos armamentos no âmbito da *guerra fria*, complementada com outras guerras (Coreia, em 1950-1953, e Indochina, logo a seguir).

Outros estudos (nomeadamente de J. Bellami Foster e R. W. Mcchesney⁷) vieram apoiar a tese de Baran/Sweezy segundo a qual, “devido à estrutura de poder do capitalismo monopolista dos Estados Unidos, o aumento das despesas civis alcançara os seus limites extremos em 1939”, mostrando que, apesar do *enorme aumento das despesas militares*, as despesas civis de consumo e de investimento do estado sofreram uma quebra nos anos 1940, em resultado do esforço de guerra, mas recuperaram nos anos 1950, 1960 e 1970, tendo atingido o seu máximo em 1975 (15,4% do PIB). Nos anos seguintes, as despesas públicas civis estabilizaram á roda dos 14% do PIB (14,6% em 2007, sensivelmente o mesmo que em 1938/1939).

Também Paul Mattick aduz argumentos no mesmo sentido, defendendo que a depressão não foi ultrapassada em resultado das medidas tomadas no âmbito do *New Deal*: em 1939, havia ainda nos EUA 10 milhões de desempregados e o investimento privado era ainda cerca de 17% inferior ao de 1929, antes da crise. O desencanto e a apatia eram tais que o Presidente da *Works Progress Administration* (uma das principais agências do *New Deal*) chegou a escrever o que parece impossível, vindo de quem tinha as responsabilidades daquele cargo: “As pessoas estão fartas dos pobres e dos desempregados”. Esta gente “não conta para o bem-estar da população como um todo. São uma casta fora dos grupos que estão dentro do sistema económico. Elas não têm mercado para o seu único bem económico, a sua competência e o seu trabalho. (...) O que é natural é que a sociedade ignore esta classe de pessoas e as abandone. Existirão como uma não-entidade, ninguém se preocupará com o que lhes acontece. Os seus membros roubarão, pedirão esmola e viverão na miséria como os seus irmãos na Índia”.⁸

⁷ Ver “A desmistificação do *New Deal* e o aprofundamento da crise do capitalismo”, em *Avante!*, 8.7.2010.

⁸ Citação colhida em P. MATTICK, *ob. cit.*, 139.

A Grande Depressão ficou para trás graças à Segunda Guerra Mundial, i. é, esclarece Paul Mattick, “graças à colossal destruição de capital à escala mundial” que o conflito significou. “A morte, o maior de todos os keynesianos”, conclui o autor, é que resolveu o problema.⁹

Terminada a Guerra e aberto o período da *guerra fria*, os EUA apostaram no desenvolvimento de um poderio militar que lhes garantisse o *domínio imperial* sobre o mundo inteiro. Este enviesamento político e económico e a corrida aos armamentos que o acompanhou começaram rapidamente a suscitar receios, inclusivamente do próprio Presidente Eisenhower, ao alertar para os perigos do que ele designou por *complexo militar-industrial*.

Estes receios e estes perigos confirmaram-se plenamente. A economia e a sociedade americanas (e o mundo inteiro, por reflexo) sofreram as consequências do que Joan Robinson apelidou em 1971 de “keynesianismo militar”. Com efeito, entre 1947 e 1989, as despesas militares representaram, nos EUA, 76,7% de todas as despesas federais em bens e serviços. E esta cifra permanece acima dos 75%, ainda que não se contem os anos das guerras na Coreia e no Vietnam.¹⁰

Esta ‘economia militarizada’ pode ter contribuído para manter taxas positivas de crescimento do PNB, mas ela apresenta uma outra face. É que a maior parte das atividades de I&D financiadas com verbas do orçamento federal dos EUA foram, durante o período considerado, atividades intimamente relacionadas com a defesa (ou o ataque...) e a segurança. Este fenómeno provocou uma acentuada *fuga de cérebros* (engenheiros, investigadores, cientistas em geral, dos mais qualificados) das atividades civis para as atividades militares.

Ao contrário do que por vezes tende a considerar-se normal, não se verificou, nestas circunstâncias, uma transferência significativa dos ganhos da tecnologia militar para as atividades produtivas civis. Daí que a utilização das melhores competências nas artes da guerra e da extinção da vida, em vez de as colocar ao serviço da melhoria das condições de vida das pessoas de carne e osso, possa estar na base da crise da produtividade da economia americana, que tem evidenciado a dificuldade dos EUA na concorrência com o Japão e com a Alemanha e tem agravado o défice comercial e a dívida externa americana a níveis mais do que preocupantes (os EUA têm atualmente a

⁹ Cfr. P. MATTICK, *ob. cit.*, 141.

¹⁰ Cfr. W. C. PETERSON, “The Silent Depression”, em *Problèmes Économiques*, 15.4.1992, 3.

maior dívida *per capita* do mundo), só sustentáveis à custa do poderio militar quase hegemónico da América.

3. – Esta recordação do que se passou nos anos de 1930 transporta-nos imediatamente para os dias de hoje, igualmente marcados por mais uma crise estrutural do capitalismo, num quadro de domínio hegemónico do capital financeiro-especulativo, próprio do *capitalismo de casino*.

Nesta Europa sem liderança, empobrecida e humilhada pelas imposições das agências de *rating* americanas e de outras agências menos visíveis, talvez só o que resta do estado-providência permita explicar que, apesar do desemprego crescente, do aumento do número de pobres (e de *pobres que trabalham*), da redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores, da acentuação das desigualdades, o Velho Continente vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais.

Mas as políticas neoliberais impostas pelas instituições comunitárias, pelos ‘governos dominantes’ e pelos interesses do grande capital financeiro têm vindo a pôr em causa, violentamente, o desenvolvimento e a dignidade dos povos dos países mais débeis da UE, os *povos do sul* (assim designados com um indisfarçável toque racista), acusados de *viver acima das suas posses*. Estas políticas estão a pôr em causa a democracia e a paz na Europa.

Está em causa a democracia. Porque os *governos de técnicos* impostos aos povos grego e italiano, não sendo *juntas militares* (as pessoas que os integram não são militares), são verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), impostas pelo *Goldman Sachs*, pela *Comissão Trilateral*, pela *troika*, pelos *mercozys*, humilhando os povos da Grécia e da Itália. Estes *governos de técnicos*, constituídos à margem das regras do jogo democrático, traduzem a *menoridade da política* e são a *negação da democracia*.

Está em causa a paz. Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro retrocesso civilizacional em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro.

Por detrás destas propostas ‘técnicas’ está uma visão totalitária, que suprime a soberania e a igualdade entre os estados membros da UE (que os Tratados continuam a consagrar) e que aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Quase desde o início da CEE muitos autores vêm denunciando o *défice democrático* como vício estrutural da construção europeia. Mas este *défice* vem-se agravando perigosamente: nem os povos, nem os parlamentos nacionais, nem sequer o Parlamento Europeu são ouvidos quando se trata de decisões importantes. Após a crise, a União Europeia e as suas instituições saíram de cena. Tudo se decide no quadro de reuniões inter-governamentais, para não dizer que, ao menos até há pouco tempo, a Sr^a Merkel dizia, Sarkozy aplaudia, os *mercozys* apresentavam a decisão e os outros aceitavam.

“Agora na Europa faça-se alemão”, afirmou num Congresso em Leipzig (novembro/2011) o secretário-geral do partido da Sr^a Merkel. Muito bem. A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*. Mas uma *Europa de servos* não será uma *Europa de desenvolvimento e de paz*, desde logo porque os povos da Europa não aceitarão ser tratados como ‘povos inferiores’. O domínio pela chantagem e pelo medo não pode cimentar uma comunidade coesa, uma comunidade de pertença, uma comunidade de paz. Mais cedo ou mais tarde, os povos da Europa hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania.

4. – A agudização da situação na Grécia (mas também a evolução da ‘crise’ em Portugal e na Irlanda e mesmo na Espanha e na Itália) obrigou a acelerar os trabalhos para a revisão do *Tratado de Lisboa*, que acabou por concretizar-se, de modo muito pouco ortodoxo, através do chamado *Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária*, assinado em Bruxelas em 2 de março pelos Chefes de Estado e de Governo de 25 estados-membros da UE (todos os da Eurozona e mais oito, ficando de fora o RU e a República Checa).

Que tratado é este?

É um ‘tratado’ que, sem o mínimo de pudor, não resiste à tentação de legislar aquilo que sabe não corresponder à verdade: “o mecanismo de correção previsto respeita integralmente as prerrogativas dos parlamentos nacionais”.

Sem qualquer recato, este ‘tratado’ vem atribuir novas competências à Comissão Europeia e ao Tribunal de Justiça das Comunidades (que são instituições da UE), apesar de tal ‘tratado’ não ser subscrito por alguns estados-membros da UE. À margem do Direito Internacional, altera-se o conteúdo dos Tratados estruturantes da UE

(nomeadamente o Tratado de Lisboa) sem o voto de dois estados signatários do anterior Tratado. A *politique d'abord* prevalece sobre o Direito.

No *Preâmbulo* fazem-se algumas considerações pias, falando dos objetivos do crescimento económico, do emprego, da competitividade e da coesão social. Mas as medidas previstas nada têm que ver com esta agenda.

O chamado *pacto orçamental* vem transformar em lei o *princípio das finanças sãs*: 1) as contas públicas devem apresentar-se equilibradas ou excedentárias, não se admitindo que vá além de 0,5% do PIB o chamado *défice estrutural* (défice corrigido das variações cíclicas e líquido de medidas extraordinárias e temporárias); 2) esta ‘regra de ouro’ do equilíbrio orçamental deve passar a constar de disposições legais vinculativas e de caráter permanente, de preferência a nível constitucional; 3) em caso de incumprimento, intervirá automaticamente um *mecanismo de correção* cuja definição é atribuída à Comissão Europeia; 4) os estados-membros que não cumpram estas disposições ficarão sujeitos à aplicação de sanções pelo Tribunal de Justiça das Comunidades.

Em outras disposições, consagra-se a obrigação dos estados contratantes de sujeitar as reformas significativas de política económica a *debate prévio* (não por parte dos cidadãos desses países, mas por parte das instâncias da UE) e, quando adequado, à *coordenação* entre elas, no quadro das instituições comunitárias. E impõe-se também a obrigação das partes contratantes de comunicarem previamente ao Conselho da UE e à Comissão Europeia os respetivos planos de emissão de dívida pública.

A ‘filosofia’ deste *pacto orçamental* assenta na ideia de que os problemas radicam essencialmente nos défices das contas públicas, ‘esquecendo’ que, em todos os países devedores, o défice público e a dívida pública aumentaram por efeito da crise e do tratamento que foi imposto aos ‘pecadores’, e ‘esquecendo’ também que os problemas da Eurozona são *problemas do euro* e têm a sua raiz na estrutura da UEM, nos défices comerciais dos países em dificuldade e nas dívidas da banca e das grandes empresas privadas. O pacto insiste na tese de que as *culpas* da ‘crise’ são todas dos *povos do sul* e de que a solução está em puni-los exemplarmente, obrigando-os a espiar pela penitência os ‘pecados’ cometidos. E é isto mesmo o que promete o ‘tratado’, *para todo o sempre*.

O Primeiro-Ministro britânico declarou publicamente que o objetivo deste ‘tratado’ parece ser o de *tornar ilegal o keynesianismo*. E o que é verdade é que ele tem razão, embora não se perceba tal preocupação por parte de um neoliberal assumido. Na verdade, a ‘regra de ouro’ do limite de 0,5% para o défice público significa a imposição

aos países mais débeis da UE de um *programa de austeridade perpétua*, um *programa de estagnação e de subdesenvolvimento*, um programa que impedirá estes países de recorrer ao *investimento público*, porque este não pode dispensar o recurso criterioso ao crédito por parte do estado.

Tanto basta para que ele deva ser considerado um '*contrato*' nulo, porque ele é, em boa verdade, um novo *pacto colonial*, em que a parte mais forte impõe às partes mais fracas a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Como nos tempos da Antiguidade, em que os devedores que não podiam saldar as suas dívidas eram reduzidos à escravidão. Por isso este pacto é nulo, como nulo seria um '*contrato*' em que uma das partes aceitasse ser escravo da outra.

Olhemos para Portugal. Como mostrou António Sérgio, a burguesia portuguesa foi sempre, historicamente, uma *burguesia parasita*, incapaz de realizar o papel de classe dinamizadora da acumulação do capital, que lhe coube nos países que passaram por revoluções burguesas a sério.

Em Portugal, a burguesia sempre viveu de *rendas*, as rendas fáceis de uma qualquer *Índia*, quer a Índia propriamente dita (que proporcionou a riqueza do comércio das especiarias), quer o Brasil (e o ouro que de lá veio, e os escravos africanos que para lá foram levados), quer as colónias africanas. Mais recentemente, as *rendas* resultantes dos fundos da CEE/UE (antes, da Europa já tinham vindo, aos milhões, as remessas dos emigrantes); e as *rendas* da especulação bolsista e da especulação imobiliária, as *rendas* resultantes das posições monopolistas dos grupos económicos nos setores de bens não-transacionáveis (distribuição, energia, comunicações, obras públicas...), as *rendas* das parcerias público-privadas, as *rendas* da corrupção...

Nestas condições, qualquer estratégia de desenvolvimento só será viável se por trás dela estiver um estado dotado dos meios indispensáveis para controlar a poupança nacional e a sua utilização ao serviço do desenvolvimento, um estado com capacidade de intervenção nos setores estratégicos da economia, um estado capaz de levar por diante políticas de educação, de investigação científica e de formação profissional que aumentem a produtividade e conduzam ao desenvolvimento de atividades económicas com maior valor acrescentado.

Tudo isto é impedido pelo referido *pacto* (*diktat* talvez seja mais adequado).

5. - Com a eleição de François Hollande para a Presidência da República Francesa, está em marcha uma nova operação de propaganda ideológica, cuja música de

fundo tem como nota dominante a afirmação de que o crescimento e o emprego vão passar a estar na ordem do dia das políticas da UE, o que passará pelo acrescentamento de uma adenda (sobre crescimento e emprego) ao ‘tratado’ referido no número anterior.

O que está a ser encoberto por detrás de tanto alarido?

Em primeiro lugar, o vazio das prometidas políticas de promoção do crescimento e do emprego.

Em segundo lugar, o firme propósito de todos os aparentemente desavindos de prosseguir as *políticas de austeridade* ao serviço das *finanças sãs*, porque elas são indispensáveis e não há alternativa para elas.

Em terceiro lugar, a vontade de todos em manter de pé e fazer aplicar o famoso *pacto orçamental* assinado em março/2012.

Com efeito, não é fácil perceber o que vai acontecer.

Serão postas de lado as políticas contracionistas, geradoras de recessão e de desemprego, assentes na diminuição drástica das despesas do estado em investimentos produtivos e em investimentos na segurança social, na educação, na investigação científica, na saúde, e na diminuição da salários e pensões, nos ataques à contratação coletiva e, em geral, aos direitos dos trabalhadores, e também no aumento dos impostos directos e indirectos (sobretudo estes, que atingem mais duramente os titulares de baixos rendimentos), e no aumento dos preços dos bens e serviços essenciais? Ou – como parece – estas políticas vão continuar, acrescentando outras (quais?) que, paralelamente a estas, se propõem promover o crescimento e o emprego?

Seria bom que os novos ‘salvadores do mundo’ viessem dizer: o *pacto orçamental*, com a ‘regra de ouro’ e outras ‘regras’ que ele contém arrasta consigo um entrave estrutural ao desenvolvimento da Europa e condena os países mais débeis ao ‘subdesenvolvimento’ e a um verdadeiro estatuto colonial. Ele não serve à UE nem aos povos da Europa, pelo que deve ser posto de lado.

Seria bom que, para além das operações de *marketing* destinadas à diferenciação dos ‘produtos’ apresentados no mercado dos votos, este discurso de ‘salvação’ viesse agora dizer: a nossa política de austeridade vai centrar-se no combate à corrupção, à fuga ao fisco e à fraude fiscal; no encerramento dos paraísos fiscais; na tributação das grandes fortunas, dos rendimentos do capital, das transações financeiras e dos ganhos especulativos; no combate aos desperdícios da administração pública; na “eutanásia do rendista” (para usar uma expressão de Keynes), pondo termo a todas as *rendas* de que vive o capital financeiro, a começar pelas rendas das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Seria bom ouvi-los dizer que a política de promoção do crescimento e do emprego vai assentar na alteração do estatuto esquizofrénico do Banco Central Europeu (BCE); na utilização da capacidade de financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI); no reforço e na facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; na subordinação do poder económico e do poder financeiro ao poder político democrático; no combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; no controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino; na colocação da banca ao serviço da economia; no aumento dos salários e na garantia dos direitos dos trabalhadores; no desmantelamento dos monopólios privados nos setores da energia e dos combustíveis, nas telecomunicações, e na distribuição; no reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia; no aumento do investimento do estado, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional (para qualificar os trabalhadores e não para satisfazer clientelas e para adoçar as estatísticas do desemprego); no apoio às pequenas e médias empresas e às empresas exportadoras, às atividades da pesca e da agricultura.

Estas deveriam ser as verdadeiras *reformas estruturais* e não aquelas de que sempre nos falam quando pensam em anular a contratação coletiva, em facilitar os despedimentos, em baixar os salários, em aumentar a precariedade do emprego, em esvaziar os direitos inerentes ao sistema de segurança social, em asfixiar a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde.

Se isto não for feito, a equipa de Hollande, quaisquer que sejam os reforços que possa recrutar por essa Europa fora, entrará em jogo para empatar. O *pacto de subdesenvolvimento* assinado em março de 2012 é incompatível com o crescimento económico e com a criação de emprego. É isto que está em causa: ele é um verdadeiro *pacto colonial*. Por isso mesmo, mantê-lo em vigor e acrescentar-lhe um apêndice (ou mesmo outro pacto, para ser um empate perfeito) para o crescimento e o emprego é o mesmo que dizer que, a partir de agora, a UE e os governos dos estados-membros vão passar todos a pedalar e a travar ao mesmo tempo.

Seria divertido se não fosse patético. E, sobretudo, se não fosse perigoso. Porque a aplicação de tal *pacto* significaria, para muitos países, que o crescimento se tornaria impossível, condenando os seus povos a um retrocesso social intolerável. Tais países tornar-se-iam praticamente ingovernáveis: não haveria desenvolvimento nem haveria democracia, e ficaria em causa a paz na Europa.

6. - A democracia está em causa também porque, em Portugal e em outros países da Europa, muita desta violência sobre quem trabalha vem-se exercendo em claro desrespeito da Constituição da República. Há uns anos atrás, a então Presidente do partido que hoje é responsável pelo governo de Portugal admitiu que a ‘solução’ para resolver os problemas do país poderia estar na *suspensão da democracia durante seis meses*. Pois bem. Na altura, este ‘projeto’ envergonhado foi considerado um deslize lamentável. Mas a *troika* e os seus servidores em Portugal perderam a vergonha e estão a cumpri-lo, atuando como se a democracia tivesse sido suspensa, talvez por decisão dos “mercados”, pelo menos até 2018.

O grave é que esta *suspensão da democracia* vai tendo a concordância (ou o estímulo?) dos especialistas de Direito Constitucional (e do próprio Tribunal Constitucional), que têm vindo a público defender que “certas formalidades constitucionais” ou mesmo “algumas garantias” podem ser *ultrapassadas* ou *eliminadas* quando estiver em causa “a saúde pública [a ‘saúde’ do país, segundo pensamos], a necessidade pública, a felicidade pública”. Perante a necessidade de “tomar decisões” nestas matérias, “não podemos olhar a grandes rigores normativos e a rigores constitucionais”, porque “a felicidade pública é a lei superior”, argumentam estes autores.¹¹

Caminhos semelhantes foram percorridos por todos quantos, desde a sua entrada em vigor, tentaram desacreditar a Constituição democrática de 1976. Para tanto começou por se ressuscitar a velha tese das *normas constitucionais inconstitucionais*, inconstitucionais á luz de determinados *princípios* que estariam acima da própria Constituição. Agora, os *princípios* que se consideram *acima da Constituição*, aos quais se atribui uma *força normativa superior à da Constituição*, são a *necessidade pública* e a *felicidade pública*, em nome dos quais se ‘revoga’ a Constituição sem as maçadas dos procedimentos de revisão constitucional, (“rigores constitucionais” que não são para levar a sério).

Quando começou a batalha que levou ao dismantelamento do setor público da economia, uma *principiologia* idêntica foi invocada para defender que o *programa constitucional* em matéria de organização económica e de desenvolvimento económico deveria considerar-se subordinado, no que se refere à sua concretização, ao *princípio*

¹¹ Transcrevem-se excertos de uma entrevista de J. J. GOMES CANOTILHO à Antena 1, em 19.10.2011.

democrático (identificado com a *regra da maioria* ou *regra do voto maioritário*), assim arvorado em *princípio primeiro* da constituição económica portuguesa.

Pretendia-se que as maiorias resultantes de eleições pudessem substituir a Constituição pelas leis aprovadas por essas maiorias, esquecendo que todos os órgãos de soberania legitimados pelo voto popular estão *vinculados à Constituição*, exercem as suas funções *nos termos da Constituição* e devem respeitar as concepções político-ideológicas e económico-sociais que informam o *programa constitucional*. E esquecendo que, no quadro constitucional da Constituição então em vigor, “o princípio democrático e o princípio socialista (...) constituem elementos integrantes e integrados de uma mesma ordem constitucional global”.¹²

A *principiologia* que subjaz à tese das *normas constitucionais inconstitucionais*, à tese de que a Constituição se concretizaria de acordo com as leis aprovadas pela maioria constituída em cada momento, e às teses agora em cima da mesa (fazer vista grossa aos “rigores constitucionais” em homenagem à “necessidade pública” e à “felicidade pública”), tal *principiologia* significa, em boa verdade, a *negação da força normativa superior da Constituição*, o *esvaziamento da própria ideia de Constituição*.

À luz desta *teoria principiológica*, dir-se-ia que o primado da Constituição, a força normativa dos seus preceitos, a vinculação do estado (estado de direito democrático) à Constituição podem revelar-se verdadeiras “forças de bloqueio”, em situações em que a *saúde da pátria* impõe decisões ‘patrióticas’ que não se compadecem com ‘ninharias’ como as que constituem o quadro de referência do *estado de direito democrático*.

Esta *principiologia* foi o amparo das teses ‘legitimadoras’ da governação salazarista, que governava sempre *a bem da nação* e que justificava todos os atropelos às regras democráticas e aos direitos fundamentais (mesmo os referidos na Constituição de 1933), com o argumento de que tal era indispensável para salvaguardar o *superior interesse da nação*, a “felicidade pública” do “bom povo português”, que era necessário livrar dos inimigos, em especial dos *inimigos internos* (os comunistas, os sindicalistas, os republicanos democratas e outros que tais).

Com esta *principiologia* de contornos tão elásticos e indefinidos (“saúde pública”, “necessidade pública”, “felicidade pública”...), Salazar poderia ter governado nos

¹² Desenvolvi estas questões em um estudo publicado em 1985: “A garantia das nacionalizações e a delimitação dos setores público e privado no contexto da Constituição Económica Portuguesa”, em *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. LXI, 1985.

termos em que o fez, mesmo que estivesse em vigor a atual Constituição da República: o respeito pela *lei superior da felicidade pública* justificaria o desrespeito dos *rigores normativos* da Constituição... É certo que ele aboliu as classes por decreto, proibiu os sindicatos e perseguiu os sindicalistas dos sindicatos não corporativos, mas, para promover a *felicidade pública* ele até criou a *Federação Nacional para a Alegria no Trabalho*...

O que é muito claro é que esta longa *suspensão da democracia* (com o Governo, o Parlamento e o Presidente da República a atuarem sem “olhar a grandes rigores normativos e a rigores constitucionais”) está a ser utilizada para impor pela violência e pelo medo a destruição do nosso ténue estado social e para romper o contrato social com os trabalhadores, esbulhados dos seus salários, das suas pensões e dos seus direitos mais elementares, atingidos na sua própria dignidade.

É hoje ponto assente que a efetivação dos *direitos económicos, sociais e culturais* é uma condição indispensável para que possam ser exercidos e respeitados os clássicos *direitos, liberdades e garantias* (falam os especialistas da *unidade e indissociabilidade dos direitos fundamentais*). A esta luz, ganha relevo a importância do que está em causa quando se atacam e desrespeitam os *direitos fundamentais dos trabalhadores*: é a própria democracia que está em jogo.

Tenho a clara consciência de que as constituições não substituem a vida (não substituem a luta de classes) e muito menos fazem revoluções. E penso que elas nem sequer garantem, por si próprias, a efetiva concretização dos direitos fundamentais nelas consagrados: elas não são a árvore do paraíso, a fonte milagrosa de onde jorra em abundância o leite e o mel.

Mas esta consciência de que as constituições não são varinhas mágicas, nem são *o motor da história* não pode negar a importância, no plano jurídico, no plano político e no plano civilizacional, da consagração daqueles direitos nos textos constitucionais. Esta consagração significa, desde logo, que o povo soberano quer que aqueles direitos sejam tratados como *direitos fundamentais* e significa, por outro lado, que os órgãos do poder político democrático devem sentir-se *política e juridicamente vinculados* a atuar no sentido da sua efetiva concretização.

Considero, por isso, particularmente perigoso que, apesar do elevado preço a pagar, se ‘legitimem’ as políticas que ignoram e anulam *direitos fundamentais dos trabalhadores* (*suspendendo* ou *atrofiando* a democracia) com base numa espécie de *estado de necessidade* (a necessidade obriga...), ‘justificando’ a ‘derrogação’ das

normas constitucionais em homenagem a um qualquer *princípio superior* da “necessidade pública” ou da “felicidade pública”.

Quem entende que, em nome destes *princípios superiores*, se pode ignorar a Constituição e a sua força normativa, suspendendo ou anulando os *direitos fundamentais dos trabalhadores*, fica sem argumentos para não ‘legitimar’, em nome dos mesmos *princípios superiores*, a suspensão ou anulação dos *direitos, liberdades e garantias*.

Esta *principiologia* acaba por ‘legitimar’ a substituição do *estado de direito democrático* (o *estado de direito constitucional*) pelo *estado de exceção*, não por decisão do povo soberano, não em conformidade com qualquer procedimento previsto na Constituição, mas por decisão, segundo *puros critérios de oportunidade*, de um governo que goze, conjunturalmente, de apoio maioritário no Parlamento. É converter a *exceção* em regra de vida. É aceitar que pode haver democracia sem Constituição, i.é, sem a subordinação dos órgãos de soberania ao normativo constitucional.

Ocorre perguntar qual a razão que impede estes autores de invocar um idêntico ‘estado de necessidade’ e um velho ‘princípio superior’ (que já vem do tempo dos romanos!) para ‘justificar’ que o estado português não pague a dívida externa: *nemo ad impossibilita cogi potest*, i.é, ninguém pode ser obrigado a fazer aquilo que não pode fazer. Por outras palavras, aplicando ao caso concreto: a impossibilidade do devedor desonera-o perante o credor, cujos direitos decaem. Possivelmente, alegam que um ‘princípio’ ainda superior ao atrás invocado é o do *respeito devido ao capital financeiro*, que não deixa sequer lugar para se questionar a *legitimidade* das dívidas contraídas.

Em obediência ao mesmo *princípio superior da felicidade pública*, vai-se vendendo a nossa soberania a preços de saldo, entregam-se milhões e milhões aos bancos sem nada lhes exigir em troca, salvaguardam-se as *rendas* dos monopólios dos combustíveis, da energia, das telecomunicações, dos bens não transacionáveis e da distribuição, e as *rendas* dos parceiros privados das PPP.

A decisão de retirar estas *rendas* à nova nobreza das PPP, para além da justiça da medida em si mesmo, teria efeitos recessivos sobre a economia muito menores do que o corte dos salários: reduziria a despesa do estado e/ou permitiria que o estado utilizasse esses fundos para apoiar a economia, a criação de riqueza e de emprego, nomeadamente nos sectores que produzem bens transacionáveis (bens exportáveis ou susceptíveis de substituir importações).

Alegam, porém, as vozes oficiosas que, nesta matéria, é difícil alterar as coisas, porque *há contratos a cumprir*. Como se não houvesse contratos a cumprir com os trabalhadores do estado, com os pensionistas e com outras vítimas deste *estado garantidor* ao serviço do capital financeiro. Quanto a estes, o governo não se sentiu limitado, nem legalmente nem eticamente, quando rompeu, por decisão unilateral, o contrato (jurídico e social) que tinha com eles, numa atuação que se pretende ‘legitimar’ em nome do tal *princípio superior da necessidade pública*. Este ‘princípio’ já não vale, pelos vistos, perante contratos que se relacionam com “os mercados”, talvez porque “os mercados” estão acima da Constituição e as imposições dos “mercados”, as ‘regras’ dos *jogos de casino* (das agências de *rating*, das bolsas, dos especuladores) estão acima dos normativos constitucionais. *Markt über alles!*

Diz-se também que os ditos ‘parceiros’ se recusam a renegociar as cláusulas dos contratos que estão na base das PPP, e, quando se argumenta que esses contratos são anuláveis porque são *contratos leoninos* (garantindo todos os direitos aos privados e impondo todos os encargos ao estado), contestam que não adianta ir para tribunal, porque antes de dez ou vinte anos nada estaria resolvido. Aqui fica um conselho dado de graça: diga o governo que deixa de pagar, transferindo para os ‘parceiros privados’ que se recusam a renegociar a necessidade de ir a tribunal fazer valer os seus direitos. No dia seguinte, estarão todos de rabinho entre as pernas, prontos a renegociar tudo...¹³

Vivemos uma situação em que uma boa parte das poupanças, dos salários, das pensões dos trabalhadores portugueses e da riqueza que eles produzem, acrescentada com o dinheiro que a *troika* nos emprestou a taxas de juro agiotas, são entregues aos bancos para eles continuarem a especular (nada lhes é exigido no que se refere à concessão de crédito às empresas e às famílias).

Será que a *necessidade pública* de controlar as poupanças dos portugueses e de as encaminhar para investimento produtivo e inovador e para a promoção da *saúde pública* (a saúde da economia portuguesa) e da *felicidade pública* (criando emprego para os desempregados) poderá justificar a nacionalização da banca sem pagar indemnizações, embora contornando alguns *rigores normativos ou constitucionais*?

¹³ Há cerca de dois anos, o Tribunal de Contas português anunciou que não concederia *Visto* a contratos de construção de vários troços de auto-estradas, entre outras razões porque, ainda antes de começarem as obras, o governo e as empresas construtoras já tinham concordado em aumentar o preço fixado em concurso público, em um dos casos para mais do dobro. O alarido provocado pela divulgação desta negociata foi o bastante para que as empresas em causa viessem a público dizer que estavam disponíveis para fazer as obras pelo preço fixado inicialmente.

Ou será que a “necessidade pública”, a “saúde pública” e a “felicidade pública” impõem, neste caso, todos os “rigores normativos” e todos os “rigores constitucionais”, permitindo que se continuem a ‘sangrar’ os que vivem do seu trabalho, a promover a recessão e o desemprego e a sacrificar o bem-estar e o futuro dos portugueses, em homenagem aos interesses do capital financeiro, insaciável como um poço sem fundo?

Esta *principiologia* vem dando cobertura às políticas do atual governo (apoiado pelos partidos mais à direita do leque partidário em Portugal), ao serviço da *ditadura do capital financeiro*, apostado em preservar a tudo o custo (*custe o que custar*, como diz, repetidamente, o Primeiro-Ministro) as *rendas* privilegiadas das elites dominantes.

7. – A presente crise do capitalismo deixou claro que, ao contrário de um certa leitura que dele se faz, *o neoliberalismo não dispensa um forte estado de classe* (cuja natureza foi claramente definida por Adam Smith, antecipando Marx).

Porque o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo não existe fora do capitalismo.

O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar. O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo.

E o *estado garantidor* (ou *estado garantia*) aí está, forte contra os fracos, e fraco, submisso e cúmplice perante os grandes senhores do capital financeiro. Os seus defensores procuram apresentá-lo como *estado acima das classes* (a grande ambição de

sempre do *estado capitalista*), num tempo em que, mais do que em qualquer outro período da história, tem sido particularmente ostensiva a sua natureza de *estado de classe*, de autêntica *ditadura* ao serviço da pequena elite do capital financeiro, cujos interesses vem defendendo com unhas e dentes, à custa dos salários, do emprego, dos direitos e da própria dignidade dos trabalhadores, cada vez mais à custa da própria democracia.

Com efeito, os perigos desta ideologia ‘libertária’ projetam-se, dramaticamente, em vários planos. Os defensores do *estado garantia* são muito claros quando sustentam que “ser contra a *liberdade de escolha* é ser contra o bem de todos os cidadãos, é ser contra a *verdadeira democracia*”.

E talvez valha a pena recordar que foi este mesmo espírito de soberceria e de intolerância que levou a considerar criminosos todos os que se atreviam a pôr em causa os *dogmas da verdade verdadeira* (indiscutível porque *dogmática*) e a criar a *Inquisição* (que forçou Galileu a renegar a sua ‘verdade’) e as *fogueiras da Inquisição* (onde morreu Giordano Bruno, que se recusou a renegar a sua ‘verdade’).

A *condenação impiedosa* dos que não seguem o *catecismo neoliberal* é defendida também com o argumento de que “ser-se contra o estado garantia é ser-se inimigo da liberdade”. A ameaça totalitária do discurso neoliberal surge a cada passo, inevitavelmente. Se o estado social é o “caminho da servidão” (Hayek, 1944), se ele é um *estado totalitário, inimigo da liberdade*, fica legitimada a ‘guerra santa’ contra os *inimigos internos*, entre os quais – defende Milton Friedman – “os homens de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) para obter transformações sociais”. A ameaça que representam é a de pretenderem *reformar a sociedade*, defendendo que o estado deve ser um *agente de transformações sociais*, através de *políticas públicas* que promovam uma *sociedade mais justa e mais igualitária*. Por isso são considerados *inimigos internos* e contra eles se justifica toda a repressão, talvez em nome da “felicidade pública”.

Restaurado o conceito de *inimigo interno* (sobre o qual toda a repressão é justificada), faz sentido invocar os perigos reais do “fascismo de mercado” a que se referia, em 1980, um autor tão insuspeito de subversivo como Paul Samuelson e faz sentido concluir que a *ditadura invisível do capital financeiro* (de que fala Eduardo Galeano, em entrevista recente à TVE) se configura já mais perigosa do que o “fascismo

amigável” de que falava um outro autor americano, Bertram Gross, num livro com este título (1981).

Há mais de cinquenta anos o argentino Raúl Prebisch (o primeiro Presidente da agência da ONU *Comissão Económica para a América Latina*) avisou que as soluções liberais só podem concretizar-se *manu militari*.

Mais recentemente, Michel Rocard observou que, “no estado de exasperação em que este povo [o povo grego] se vai encontrar, é duvidoso que qualquer governo grego possa manter-se sem o apoio do exército. Esta triste reflexão – acrescenta Rocard – é sem dúvida válida para Portugal ou para outros países maiores”.¹⁴ E pergunta: “Até onde iremos?”.

Também em finais de 2011, era a vez de Paul Krugman recordar: “Somos uma sociedade em que a concentração do rendimento e da riqueza nas mãos de poucas pessoas ameaça fazer com que sejamos uma democracia somente de nome (...), uma vez que a concentração extrema do rendimento é incompatível com a democracia real”.¹⁵

Todos sentimos que nos estamos a afastar da *democracia real*. Por isso, é uma boa pergunta, a de Rocard: “Até onde iremos?” Perante o retrocesso civilizacional a que se pretendem condenar os povos da Europa, faz todo o sentido, com efeito, temer pela própria democracia. Quem conhece a história do capitalismo sabe que ela não pode considerar-se nunca, nos quadros do capitalismo, uma conquista definitiva. As ameaças à democracia podem vir de onde menos se espera, e a negação da força normativa superior da Constituição, o esvaziamento da própria ideia de Constituição não são um bom serviço à democracia. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

8. – Em entrevista recente ao *Wall Street Journal* (maio/2012), o Presidente do Banco Central Europeu deixou escapar a ‘filosofia’ orientadora das políticas em curso:

¹⁴ Cf. *Le Monde*, 4.10.2011.

¹⁵ Artigo no *New York Times*, 7.11.2011.

“os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”.

Este poderá ser o ponto de vista do capital financeiro e do *Goldman Sachs*, a cujo universo pertence o Sr. Mario Draghi. Mas os povos da Europa, que sofreram a barbárie do nazi-fascismo, sabem muito bem que o custo da ditadura é incomensuravelmente superior ao da democracia e não podem estar disponíveis para perder os *direitos económicos, sociais e culturais* conquistados ao longo dos duzentos anos de luta contra o capitalismo, porque sabem que essa perda colocaria em perigo os próprios *direitos, liberdades e garantias*. Os desejos do Sr. Mario Draghi não têm futuro, porque não têm apoiantes fora do círculo das elites dominantes.

Num artigo publicado em 2009, Joseph Stiglitz sustenta que “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso”.

Acompanho-o neste voto/previsão. Mas todos sabemos que, apesar de não faltarem razões para deitar fora os catecismos neoliberais, (o neoliberalismo está completamente desacreditado no plano teórico, e os resultados das políticas neoliberais são consabidamente desastrosos), o neoliberalismo não saiu de cena: os pontos deste ‘teatro do mundo’ continuam a soprar aos atores em palco os mesmos textos... E os governantes de turno não conhecem outra cartilha.

9. - O empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do *deus-mercado* em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase 250 anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro. Estará a Europa condenada a deixar-se imolar de novo pelo fogo ateadado pelos interesses imperialistas? Oxalá esta não passe de uma simples hipótese teórica.

Mas o estado capitalista aí está, disposto a fazer o que for necessário fazer para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith). E ele, sabemo-lo todos, tem feito coisas horríveis.

Referimos no início deste texto as teses (discutíveis como todas as teses) segundo as quais a *Grande Depressão* não foi ultrapassada pelas políticas do *New Deal*,

mas apenas pela eclosão da 2ª a Guerra Mundial. Esperemos que, neste caso, a história não se repita.

A verdade é que o reforço de 700 a 800 mil milhões de dólares por ano do orçamento militar dos EUA, se poderá ter ajudado a evitar o colapso da economia americana, não tem conseguido ajudar a reanimar a economia e a diminuir o número de desempregados. Isto porque – defendem os especialistas –, nas condições atuais, dada a dimensão do orçamento militar americano (muito diferente do escasso volume de despesas militares dos EUA antes do início da 2ª Guerra Mundial e da entrada direta dos EUA no conflito), não é viável um grande aumento em termos percentuais, o que poderá significar que não é através das despesas militares que o aumento da despesa pública pode contribuir para a recuperação económica e para a criação de emprego.

Acresce que o material militar mobiliza hoje tecnologias altamente sofisticadas, pelo que a sua produção utiliza pouca mão-de-obra e a sua utilização nos palcos de guerra não exige grandes efetivos militares (os mísseis, os aviões não tripulados, os navios robots, os satélites telecomandados e os radares fazem o trabalho por si, contabilizando-se nos ‘efeitos colaterais’ as centenas de milhares de mortos civis e a destruição de riqueza provocados por estes instrumentos de guerra).

Não podemos esquecer, porém, que o período da *segunda onda de globalização* (1870-1914), que Lenine caracterizou como a fase do *imperialismo*, terminou com duas guerras mundiais provocadas por conflitos inter-imperialistas. E a situação atual, no quadro desta *terceira onda de globalização* que se iniciou nos meados dos anos 70 do século XX, apresenta semelhanças estruturais com o período analisado por Lenine:

a) no que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico (revolução dos conhecimentos e das tecnologias relativas à informática, às telecomunicações, aos transportes, que tornam o mundo mais pequeno e provocam a ampliação e a unificação do mercado);

b) no que se refere aos movimentos de capitais, à predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, à concentração empresarial, à ‘ocupação’ do mundo pelas grandes potências capitalistas (com as multinacionais na primeira linha, mas com a força militar sempre presente, como realidade ou como ameaça) e à

coordenação bastante centralizada dos negócios do capital (FMI, Banco Mundial, OMC, G8, Comissão Trilateral, Forum de Davos...);

c) no que respeita à exportação de capitais: em 1904 o total de ativos financeiros em circulação correspondia a 20% do PIB mundial e a quase 60% do PIB dos países capitalistas dominantes e exportadores de capitais, sendo que, de 1970 até aos nossos dias, a exportação de capitais, através do investimento direto estrangeiro, aumentou exponencialmente: de cerca de 30 mil milhões de dólares na década de 1970 para cerca de 850 mil milhões de dólares no início do terceiro milénio.

Para além deste paralelismo, não faltam outros sinais preocupantes.

A NATO, que, no tempo da ‘guerra fria’ se dizia ser necessária para defender o ‘mundo livre’ da ameaça do Pacto de Varsóvia (constituído, aliás, seis anos depois da NATO...), e que, de todo o modo, como o nome indica, se devia ocupar do Atlântico Norte, integrou o Mediterrâneo no Atlântico Norte e alargou o Atlântico Norte até ao Afeganistão, talvez para não ‘perder o emprego’, porque, entretanto, o Pacto de Varsóvia desapareceu.

Transformada sem qualquer disfarce em instrumento de domínio imperialista à escala global, a NATO vem atuando à margem do Direito Internacional, por imposição dos EUA, com a cumplicidade da União Europeia e perante a impotência da ONU.

Não há muito, uma *Comissão Independente para a Investigação dos Crimes de Guerra dos Estados Unidos e da NATO contra o Povo da Jugoslávia* – presidida pelo antigo Secretário da Justiça dos EUA, Ramsey Clark – veio acusar a NATO e os seus dirigentes máximos de verdadeiros crimes contra a Humanidade.

É hoje público e notório que a invasão e sequente destruição do Iraque (com mais de duzentos mil mortos!) foi decidida com base numa mentira conhecida para prosseguir puros interesses imperialistas, a pretexto – um pretexto monstruoso – de defender os direitos humanos.

Sabe-se hoje também que a invasão da Líbia (cujos dirigentes eram tão intimamente amigos do ‘mundo ocidental’ muito pouco tempo antes) obedeceu aos mesmos propósitos e provocou idêntica destruição.

Tudo em honra do ‘santo’ petróleo.

Em finais de maio/2010, o Presidente da Alemanha foi obrigado a renunciar ao cargo porque, numa intervenção pública, revelou que os militares alemães combatiam no Afeganistão e em outros palcos para defender os interesses da Alemanha como potência económica dependente das exportações, em especial “para defender rotas comerciais ou impedir focos de instabilidade regional, que seguramente teriam impacte negativo no comércio, nos postos de trabalho e nos rendimentos [dos alemães]”.

Os partidos do ‘arco do poder’ não perdoaram a inconfidência do Presidente Horst Köhler, que se viu obrigado a renunciar ao cargo, não por ter dito alguma mentira, mas apenas por ter cometido a imprudência de dizer a verdade, tornando claro, além do mais, que a política alemã está fora dos normativos constitucionais.

Por outro lado, o orçamento militar dos EUA não tem cessado de aumentar, atingindo o valor mais alto de sempre sob a Administração de Obama/Prémio Nobel da Paz. O envolvimento no Afeganistão, a invasão e a destruição do Iraque, a participação no ataque (e no saque) à Líbia, o ‘investimento’ na destruturação da Síria e a busca incessante de um novo palco de guerra no Irão podem ser um indicativo de que, mais uma vez, os interesses dominantes da oligarquia americana e dos seus aliados (na Europa e no resto do mundo) podem ceder à tentação (ou à miragem) de contornar a crise através do aumento das despesas militares, aumento que só a guerra pode justificar.

Os círculos dirigentes dos EUA parecem acreditar na ideia de que, na síntese de um almirante americano, é “do melhor interesse dos Estados Unidos ter um grande inimigo”, qual papão inventado para justificar, junto da opinião pública, a militarização da economia e da política americanas e o eventual recurso à guerra contra tal ‘inimigo’. *Grande inimigo* poderá ser o Irão? Ou terá que ser a China, que é hoje o maior credor dos EUA (cuja dívida se aproxima de um valor igual ao do PIB norte-americano)? A verdade é que os EUA, por vezes instrumentalizando a NATO, vêm procurando estabelecer ou consolidar parcerias estratégicas com a Rússia, com o Japão, com a Índia, com o Paquistão, com a Indonésia, com as Filipinas, com a Austrália.

Acresce que o carácter predador do crescimento económico capitalista tem vindo a provocar a escassez (não reversível) de bens essenciais à vida (a água, os solos, as florestas), mas também de matérias-primas e de produtos energéticos (petróleo e gás natural). E este fenómeno, que produziu já um surto especulativo sobre produtos alimentares (em especial dos que podem ser usados na produção de biodiesel), matérias-

primas e petróleo (com o perigoso aumento dos respetivos preços, no início de 2008), tem vindo a acentuar a pressão com vista ao controlo dos países do Médio Oriente e das rotas de transporte do petróleo e do gás natural, num quadro em que afloram por vezes contradições potencialmente explosivas entre as potências dominantes.

Com a tragédia do *tsunami* que se abateu sobre o Japão, a questão energética e os conflitos a ela associados vão ganhar ainda mais importância, perante a visibilidade acrescida dos riscos da solução nuclear e o abandono das centrais nucleares (caso da Alemanha e, provavelmente, também do Japão).

Como está na sua natureza, o imperialismo continua a ser uma ameaça à paz no mundo. Neste tempo de grandes contradições, a vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos 250 anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

Nestas condições, creio que, como cidadãos e como universitários, não podemos desertar do nosso posto: temos o dever de resistir, no terreno do trabalho teórico (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervirmos no sentido de a transformar) e no terreno da luta ideológica (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas), porque a luta ideológica é, hoje mais do que nunca, um fator essencial do combate político e das lutas sociais.

As dificuldades do nosso trabalho não podem desmobilizar os que acreditam, com Chico Buarque, que, se trabalharmos bem e juntos, uma flor há-de nascer do “impossível chão”. E não há tempo a perder. Porque – como diz uma outra canção do Chico – “quem espera nunca alcança”. Aos que persistem na afirmação irracional de que *não há alternativa*, temos de dizer, cantando bem alto: “apesar de você, amanhã há-de ser outro dia”.

*António Avelãs Nunes
Coimbra, junho de 2012*